

Estado e Sociedade frente às Questões Sociais

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Estado e Sociedade frente às Questões Sociais

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E79	Estado e sociedade frente às questões sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-801-4 DOI 10.22533/at.ed.014192111 1. Brasil – Política social. 2. Estado e sociedade. 3. Serviço social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 361.61
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book "Estado e sociedade frente às questões sociais" apresenta 23 artigos que tratam de temáticas vinculadas às situações de vulnerabilidade e risco social, bem como, formas de organização e mobilização da sociedade frente a estas, que se expressam através da garantia de direitos, dos aspectos culturais e das políticas públicas implementadas pelo Estado.

Os artigos estão organizados em quatro seções, conforme segue: "**Cultura, percepções e construção de imagem**" com cinco artigos através dos quais são debatidos aspectos relacionais e de contexto que contribuem para formação da identidade e cultura em seu entorno. "**Estado e Políticas Públicas**" apresenta nove artigos que dialogam sobre os direitos estabelecidos e a materialização destes enquanto políticas públicas, pautando-se de forma concomitante os desafios postos diante das reformas ensejadas pelos preceitos neoliberais que incidem na fragilização da atuação estatal; Na seção "**O direito e os seus desdobramentos na sociedade contemporânea**" são apresentados seis pesquisas que congregam debates voltados para os direitos estabelecidos e inferências diante dos aspectos criminológicos, adolescência e a prática de atos infracionais, relações de trabalho, tecnologia e processos eleitorais. Por fim, a seção "**Categoria de análise e questões epistemológicas**" apresenta dois artigos que analisam a superpopulação relativa a partir da categoria marxiana e os problemas epistemológicos nas ciências humanas no Brasil.

As temáticas abordadas são bastante atuais e apresentam relação entre si. Contribuem para a divulgação de estudos e análises voltadas para os desafios postos nas relações da sociedade contemporânea.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CULTURA, PERCEPÇÕES E CONSTRUÇÃO DE IMAGEM

CAPÍTULO 1	1
A CRIAÇÃO DE UMA <i>CITY IMAGE</i> DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DA ECONOMIA CRIATIVA	
Alice dos Santos Braga	
DOI 10.22533/at.ed.0141921111	
CAPÍTULO 2	10
<i>HALLYU WAVE</i> : A CULTURA COMO MECANISMO DE SOFT-POWER SUL-COREANO	
Fernanda Vieira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.0141921112	
CAPÍTULO 3	22
PADRÕES DE BELEZA NA SOCIEDADE: EXPRESSÕES NO COTIDIANO ESCOLAR	
Rosilda Arruda Ferreira	
Djavan Thiago Santos Oiteiro	
Monique Santos da Silva	
Thaiane Almeida Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0141921113	
CAPÍTULO 4	35
“VIOLÊNCIA, DESORDEM E BEBEDEIRAS”: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CLUBE FORRÓLÂNDIA NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA-SP (2000-2010)	
Bruno César Pereira	
Vania Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.0141921114	
CAPÍTULO 5	46
PAI ALCOOLISTA: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE UMA FILHA	
Elizabeth Filgueira da Costa	
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa	
Kay Francis Leal Vieira	
Ivana Suely Paiva Bezerra Mello	
DOI 10.22533/at.ed.0141921115	

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 6	58
A ATUAÇÃO DO ESTADO, ENQUANTO GARANTIDOR DE DIREITOS, DIANTE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: AS ENCHENTES SAZONAIS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO	
Régis Hartmann	
Carina Valesca Soares Lima	
Lanna Chely Bezerra Dias da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.0141921116	

CAPÍTULO 7	76
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO E DA PROTEÇÃO SOCIAL: DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/17 À LEI Nº 13.415/17	
Marcos Felipe Rodrigues de Sousa Alessandra Pereira Nunes Raimunda Eliene Sousa Silva Suziany de Oliveira Portéglio	
DOI 10.22533/at.ed.0141921117	
CAPÍTULO 8	90
COMO SE ARTICULAM NO ESPAÇO PÚBLICO INDICADORES FISCAIS E POLÍTICAS SOCIAIS? OS EFEITOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE À LUZ DE UMA ABORDAGEM PÓS-ESTRUTURALISTA	
Bruno Moretti Elton Bernardo Bandeira de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.0141921118	
CAPÍTULO 9	102
DESIGUALDADE SOCIAL E INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À POBREZA	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0141921119	
CAPÍTULO 10	116
O GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO ADOTA A AGENDA 2030 EM SUA ESTRATÉGIA PÚBLICA?	
Cândido de Souza Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211110	
CAPÍTULO 11	137
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	
Adelcio Machado dos Santos Jucielle Marta Baldissareli	
DOI 10.22533/at.ed.01419211111	
CAPÍTULO 12	146
DEVER DO ESTADO EM GARANTIR O ACESSO À INTERNET COMO PRESSUPOSTO DE EFETIVIDADE SOCIAL DA CIDADANIA DIGITAL	
Eid Badr	
DOI 10.22533/at.ed.01419211112	
CAPÍTULO 13	159
A CRISE NA VENEZUELA E O DIREITO DOS REFUGIADOS NO BRASIL	
Jonas Modesto de Abreu Bruno Henrique Martins de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.01419211113	

CAPÍTULO 14	172
MAIS DESENVOLVIMENTO, MAIOR TRANSPARÊNCIA? UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NO SEU GRAU DE TRANSPARÊNCIA	
Pedro Severino do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01419211114	
O DIREITO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
CAPÍTULO 15	187
A POSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL DA ATIVIDADE-FIM DO TERCEIRIZADO COM O EMPREGADO CONTRATADO DIRETAMENTE PELA TOMADORA DE SERVIÇO	
Ticiania Poncio de Lima	
Felipe Oswaldo Guerreiro Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211115	
CAPÍTULO 16	206
CRIMINOLOGIA FEMININA AFETIVA: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO ABOLICIONISMO E MINIMALISMO PENAL	
Isael José Santana	
Julia Romano Barbosa	
Raul Dias Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.01419211116	
CAPÍTULO 17	218
DELINQUÊNCIA FEMINIL: BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS E CRIMINOLÓGICOS	
Ana Carolina Medeiros Costa Paula	
Isael José Santana	
DOI 10.22533/at.ed.01419211117	
CAPÍTULO 18	231
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: É POSSÍVEL PENSAR DIFERENTE	
Rosalice Lopes	
Giovanna Loubet Ávila	
DOI 10.22533/at.ed.01419211118	
CAPÍTULO 19	243
O DIREITO À PRIVACIDADE EM FACE DA INTERAÇÃO CÉREBRO-MÁQUINA: A NECESSIDADE DE UMA ÉTICA DO ACESSO AO PENSAMENTO	
Lafaiete Luiz do Nascimento	
Diogo de Calasans Melo Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.01419211119	
CAPÍTULO 20	256
COMPETIÇÃO ELEITORAL COMO INCENTIVO À CORRUPÇÃO: ANÁLISE DAS ELEIÇÕES 2014 PARA GOVERNADOR E OS CASOS PERCEBIDOS DE COMPRA DE VOTOS	
Pedro Henrique Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01419211120	

CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

CAPÍTULO 21	270
A ATUALIDADE DA CATEGORIA MARXIANA DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS	
Ana Virgínia do Nascimento Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211121	
CAPÍTULO 22	282
PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS NAS TESES DE CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.01419211122	
CAPÍTULO 23	291
UM ESTUDO DE CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FLORIANÓPOLIS – SC	
Alessandra Knoll Sérgio Luís Boeira	
DOI 10.22533/at.ed.014192111223	
SOBRE A ORGANIZADORA	307
ÍNDICE REMISSIVO	308

MAIS DESENVOLVIMENTO, MAIOR TRANSPARÊNCIA? UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NO SEU GRAU DE TRANSPARÊNCIA

Pedro Severino do Nascimento Silva

Mestrando em Ciência Política, UFCG, Campina Grande – PB.

PALAVRAS-CHAVE:

Democracia Contemporânea; *Accountability*; Poliarquia; Transparência.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o índice de transparência municipal, observando se, o desenvolvimento do município causa algum impacto em seu grau de transparência. A análise é feita com base nos dados da segunda edição do Programa Escala Brasil Transparente – EBT, desenvolvido pela Controladoria Geral da União – CGU e pelos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Testa-se a hipótese de que, quanto mais desenvolvido o município, maior seu grau de transparência. Para a análise, foram utilizados dois modelos: o binomial negativo e o de transformação GAMA. Nas duas análises, verificou-se que, os indicadores de desenvolvimento social, renda per capita média e IDHM, impactam de forma significativa, no grau de transparência do Município. Em relação a variável Índice de GINI, o teste mostrou que, o aumento de uma unidade dessa variável, causa uma diminuição de 3,5% no índice de transparência Municipal. Já a variável taxa de analfabetismo, entre pessoas com dezoito anos ou mais, se comportou de forma estatisticamente insignificante no impacto do índice de transparência municipal.

MORE DEVELOPMENT, MORE TRANSPARENCY? AN ANALYSIS OF THE IMPACT OF MUNICIPAL DEVELOPMENT ON ITS TRANSPARENCY

ABSTRACT: This article aims to analyze the municipal transparency index, looking at whether the development of the municipality has any impact on its degree of transparency. The analysis is based on data from the second edition of the Brazil Transparent Scale Program - EBT, developed by the Comptroller General of the Union - CGU and data from the Atlas of Human Development in Brazil. It is hypothesized that the more developed the municipality, the greater its degree of transparency. For the analysis, two models were used: the negative binomial and the GAMA transformation. In both analyzes, it was found that the indicators of social development, average per capita income and HDI significantly impact the degree of transparency of the Municipality. Regarding the GINI Index variable, the test showed that an increase of one unit of this variable causes a 3.5% decrease in the Municipal Transparency Index. The variable illiteracy rate, among people aged eighteen or older, behaved statistically

insignificantly in the impact of the municipal transparency index.

KEYWORDS: Contemporary Democracy; Accountability; Polyarchy; Transparency.

1 | INTRODUÇÃO

As democracias modernas têm exigido uma crescente demanda de *accountability*, como elemento primordial para consolidação de seu processo democrático. Essa demanda tem provocado, nos governos, mudança de comportamento diante da sociedade, forçando a transparência dos seus atos e das políticas públicas implementadas (FILGUEIRAS, 2011). Dessa espera-se que, em regimes democráticos, as instituições funcionem com responsabilidade diante da sociedade, por meio de mecanismos que possam gerar transparência dos atos praticados pelo governo (CAMPOS, 1990).

De acordo com Albuquerque (2006), o incentivo à transparência concorre para a implantação de mecanismos que possibilitem à sociedade tomarem conhecimento das ações adotadas pelos governantes, das políticas públicas implementadas e dos recursos mobilizados. Nesse sentido, transparência pode ser caracterizada como o fluxo crescente de informações econômicas, políticas e sociais, apresentando os seguintes atributos: 1) acessibilidade aos meios de informações, aliada à proficiência; 2) relevância da informação apresentada; 3) qualidade e confiabilidade, abrangência, consistência e relativa simplicidade em sua apresentação (VISHWANATH & KAUFMAN, 1999 *apud* RAUPP, 2011).

No Brasil, o direito ao acesso à informação pública é assegurado pela Constituição Federal de 1988, garantindo aos cidadãos, direito ao acesso a informações dos órgãos públicos (BRASIL, 2008).

Em conformidade com a Constituição Federal, foram criadas leis e decretos visando gerar maior transparência da gestão pública. Dessa forma, destacam-se pelo menos três normas que são fundamentais para garantia do acesso à informação e para a geração da transparência na gestão pública municipal. São elas: a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que estabelece regras para orientar as finanças públicas no país, abrangendo os níveis de governo municipal, estadual e federal; a Lei Complementar nº 131/09, que altera a LRF, no que se refere à transparência da gestão fiscal, determinando a disponibilização em tempo real na internet, de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e, a Lei de Acesso à Informação – LAI, que estabelece a publicidade e a transparência das informações como regra e o sigilo como exceção. Na prática, toda informação que esteja sob a guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso ser restrito apenas em casos específicos.

Dessa forma, o artigo pretende responder a seguinte questão: qual o impacto do desenvolvimento municipal no seu grau transparência? Testa-se a hipótese de que,

quanto mais desenvolvido o município, maior o índice de transparência municipal. O objetivo geral consiste em investigar o impacto do desenvolvimento municipal no seu grau de transparência. No que concerne aos objetivos específicos, busca-se: verificar o impacto do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no índice de transparência do município; verificar o impacto do Coeficiente de GINI, no grau de transparência do município; verificar o impacto da Renda *Per Capita* Média Municipal (RPCM), no índice de transparência do município; e, verificar o impacto da taxa de analfabetismo entre pessoas com dezoito anos ou mais, no grau de transparência do município.

Dessa forma, o trabalho está estruturado obedecendo a seguinte ordem: no tópico 1 é feita uma análise do conceito de democracia à luz dos teóricos contemporâneos, contemplando os autores Joseph A. Schumpeter, a partir de sua abordagem minimalista de democracia; Robert Dahl, com sua definição de democracia, a partir do termo poliarquia; Guillermo O'Donnell, com sua definição de democracia eleitoral; e Cheibub e Przerworski, que defendem um conceito de democracia baseado na competição eleitoral.

No tópico 2, faz-se uma análise do conceito de *accountability* na ciência política, pontuando alguns autores essenciais para o debate. O tópico 3 descreve a metodologia do trabalho, apresentando a metodologia utilizada para chegar aos resultados da pesquisa. No tópico 4, faz-se a apresentação do resultado do trabalho, junto a uma breve discussão. E, no tópico 5, apresento as considerações finais do trabalho.

2 | DEMOCRACIA A LUZ DA TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

A qualificação do termo democracia tem sido alvo de grandes debates entre pesquisadores e acadêmicos da ciência política. A forma clássica da democracia, no sentido etimológico da palavra, significa “governo do povo” (ROSENFELD, 1994). Essa definição, atribuída a Aristóteles, pressupõe a existência de um governo que garante igualdade de direitos a todos os cidadãos considerados soberanos (BOBBIO, 2010). Percebe-se que, desde a Grécia antiga, as bases para a definição de democracia estão intrinsecamente ligadas aos ideais de igualdade e liberdade, tendo esses termos significados diferentes, dependendo do momento histórico. Para Robert Dahl (2016), a democracia pode ser inventada e reinventada de maneira autônoma sempre que existirem as condições adequadas.

Para o crítico do modelo de democracia clássica, Joseph A. Schumpeter (2017), a definição de democracia não significa necessariamente “governo do povo”, e sim um governo que foi eleito pelo povo. Em sua obra clássica, “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, Schumpeter (2017) enfatiza a competição eleitoral entre elites políticas ao afirmar que “o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas no qual o indivíduo adquire o poder de decidir por intermédio de

disputa eleitoral competitiva, pelo voto dos eleitores.” (Schumpeter, 2017, p.366).

A definição minimalista de democracia, apresentada por Schumpeter (2017), pressupõe a existência de uma elite competitiva, em que a participação política do eleitor se restringe apenas à escolha de representantes. Dessa forma, o autor afirma que “democracia não significa e não pode significar que o povo realmente governa em qualquer sentido óbvio dos termos "povo" e "governo". A democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar os homens que os governam.” (SCHUMPETER, 2017, p. 386).

Segundo Schumpeter (2017), para que o método democrático tenha êxito, é necessário que algumas condições sejam observadas: uma liderança apropriada; autocontrole democrático e respeito mútuo; alta dose de tolerância às diferentes opiniões; e a existência de uma burocracia treinada.

Assim como Schumpeter, Robert Dahl (2015) também estabelece certos critérios para o funcionamento de um regime democrático. Para Dahl (2015), a característica-chave de uma democracia é a existência de um governo responsivo às preferências de todos os seus cidadãos, que são politicamente iguais. Para que o governo seja responsivo aos seus cidadãos, é necessária a garantia de alguns direitos fundamentais, classificados pelo autor como direito ao voto; elegibilidade para cargos políticos; direito de líderes políticos competirem através da votação; eleições livres e idôneas; liberdade de formar e integrar-se a organizações; liberdade de expressão; fontes alternativas de informações; e a existência de instituições que garantam que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência da população (DAHL, 2015).

Para O'Donnell (2011), a definição de democracia apresentada por Dahl tem a virtude de ter um nível de detalhes não excessivo, e possuir características suficientes e essenciais para distinguir a democracia política de outros tipos de regime político.

Percebe-se ainda que, a definição apresentada por Dahl (2015) estabelece pelo menos três características fundamentais para a existência e manutenção de uma democracia. Primeiro, a existência de eleições livres e limpas, em que o cidadão possa votar sem que seja coagido e tenha a liberdade de escolher seus representantes; a garantia de direitos políticos, em que o cidadão possa votar e ser votado; e, terceiro, as liberdades necessárias para que as eleições sejam democráticas.

Além da responsividade como característica-chave do modelo de democracia desenvolvido por Dahl, ele aborda a contestação pública e a inclusividade como sendo variáveis importantes para a democratização, na qual quanto maior a participação e a contestação mais inclusiva será a poliarquia. O autor utiliza o termo poliarquia para classificar os governos mundiais que se enquadram nas características descritas por ele. Dahl (2015) argumenta que nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado, por isso prefere chamar os sistemas que se enquadram no seu modelo de poliarquias. Para ele, as poliarquias podem ser pensadas como regimes relativamente democratizados, com características fortemente inclusivas e

amplamente abertos à contestação pública (DAHL, 2015). Dessa forma, segundo Dahl (2015), o segredo da democracia está na capacidade do governo em responder as preferências/reivindicações dos cidadãos.

O'Donnell (2013), em sua definição de democracia, concorda com Robert Dahl ao afirmar que, um regime genuinamente democrático é aquele que atende as condições estipuladas por Dahl (2015), que defende um modelo de democracia com base na existência de 1) Autoridades eleitas; 2) eleições livres e justas; 3) Sufrágio inclusivo; 4) o direito de se candidatar a cargos eletivos; 5) liberdade de expressão; 6) informação alternativa; e 7) liberdade de associação. A essa definição de Robert Dahl, O'Donnell (2013) acrescenta dois fatores que, segundo ele, são primordiais para consolidação do regime democrático: eleições decisivas e institucionalizadas.

Por eleições decisivas, O'Donnell (2013) entende que os vencedores numa disputa eleitoral possam assumir os cargos para os quais concorreram; que os funcionários eleitos possam tomar decisões com base na autoridade atribuída a seus cargos; e que os funcionários eleitos terminem seus mandatos no prazo ou nas condições estipuladas constitucionalmente.

Por eleições institucionalizadas, o autor entende que elas acontecerão durante um futuro indeterminado e em períodos preestabelecidos, independente da vontade de um único indivíduo, pois, o regime deve vir antes dele e continuar em vigor. Dessa forma, O'Donnell conceitua

Por regime democrático entendo um no qual o acesso às principais posições de governo se alcança mediante eleições que são por sua vez limpas e institucionalizadas e no qual existem, durante e entre essas eleições, diversas liberdades – habitualmente chamadas “políticas” – tais como as de associação, expressão, movimento e de disponibilidade de informação não monopolizada pelo estado ou por agentes privados. (O'DONNELL, 2013, p. 22).

O modelo de democracia apresentado por O'Donnell apresenta pelo menos, quatro características distintas: eleições limpas e institucionalizadas; inclusividade; competitividade; e um sistema legal que assegura os direitos de liberdades, inerentes a uma democracia.

Cheibub e Przeworski (1997) definem democracia como sendo um regime que satisfaz os seguintes critérios: (1) o chefe do executivo é eleito (direta ou indiretamente); (2) o legislativo é eleito; (3) mais de um partido compete em eleições e (4) partidos no poder já perderam eleições no passado e cederam o comando do governo, ou o farão no futuro. Regimes que não satisfazem a pelo menos um destes quatro critérios são classificados como ditaduras.

A definição de democracia de Cheibub e Przeworski (1997) estabelece critérios puramente eleitorais, conservando o espírito de competição, já defendido por Schumpeter (1947). Mainwaring *et al* (2001), observando a definição apresentada pelos referidos autores, argumenta que a definição submínima de democracia apresentada por Cheibub e Przeworski permite a agregação de alguns regimes

autoritários na categoria de democráticos, tendo em vista que, alguns regimes são autoritários, mas mesmo assim atendem aos requisitos exigidos na definição de democracia apresentada pelos autores.

3 | ACCOUNTABILITY: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Em 1975, em sua pesquisa sobre *accountability*, Ana Maria Campos definiu o termo como sendo a capacidade do governo em ser responsivo às necessidades da sociedade. Para ela, o cidadão delega poder de gestão ao governo para que o mesmo seja responsivo por meio da criação de políticas públicas. Ela utiliza o termo para medir o estágio democrático de um país, onde quanto mais avançado for o estágio democrático, maior a presença da *accountability*. Segundo Campos (1990), esse avanço é acompanhado por valores democráticos, tais como, igualdade, dignidade humana, participação e representatividade. Para a autora, a geração da *accountability* só é possível mediante a organização da sociedade, no sentido de se posicionar diante do estado, não apenas como tutelado, mas como cidadão vigilante e consciente de seus direitos (CAMPOS, 1990: 35)

Outro teórico do tema, o cientista político Guillermo O'Donnell (1998), é considerado pioneiro na distinção e conceituação de diferentes formas de *accountability*. Ele traz um conceito tridimensional desse termo, classificando-o como vertical, vertical *societal* e horizontal.

A *accountability* vertical resulta de eleições razoavelmente livres e justas, que podem ser utilizadas como mecanismos de punição ou premiação de um mandatário, votando contra ou a favor dele ou de candidatos apoiados por ele. Entretanto, mesmo sendo as eleições o principal mecanismo dessa vertente, não se pode garantir ao certo até que ponto elas são efetivas como mecanismo da *accountability* vertical. Para O'Donnell,

Evidentemente, o que pode ser definido como o canal principal de *accountability* vertical, as eleições, ocorre apenas de tempos em tempos. Além disso, não está claro até que ponto elas são efetivas como mecanismo de *accountability* vertical. Análises recentes introduzem uma nota cética quanto ao grau em que as eleições são verdadeiramente um instrumento pelo qual os eleitores podem punir ou premiar candidatos, mesmo em poliarquias formalmente institucionalizadas. (O'DONNELL, 1998, p. 28-29).

Tal ceticismo ocorre devido a certas condições que prevalecem em muitas poliarquias e que contribuem para a ineficácia da dimensão eleitoral. Sistemas partidários pouco estruturados, alta volatilidade de eleitores e partidos, temas de política pública pobremente definidos e reversões políticas súbitas são algumas das condições que diminuem definitivamente a eficácia da *accountability* eleitoral (O'DONNELL, 1998).

A liberdade de opinião e de associação e o acesso a variadas fontes de informação, também, são consideradas pelo autor como componentes importantes para *accountability* vertical, por permitir articular reivindicação e denúncias de atos de autoridades públicas, graças à existência de uma mídia razoavelmente livre.

Dessa forma, o autor apresenta a segunda vertente da *accountability*, a *vertical societal*, que é exercida por grupos e organizações da sociedade civil, em parceria com a mídia, objetivando expor transgressões e delitos cometidos por políticos, candidatos e agentes políticos no exercício do poder, a fim de gerar na população indignação que reflita no resultado da eleição seguinte. Segundo O'Donnell,

[...] as reivindicações sociais e a cobertura da mídia, especialmente se forem abundantes e se referirem a temas que são considerados importantes pela opinião pública, tendem a criar um clima de insatisfação popular com o governo (e às vezes com o próprio regime), que pode obstruir suas políticas e levar à sua derrota nas eleições seguintes. (O'DONNELL, 1998, p. 29).

Para o autor, a existência da *accountability* vertical em novas poliarquias pressupõe que esses países são democráticos e que os cidadãos podem escolher quem vai governá-los por um determinado período, podendo expressar livremente suas opiniões e reivindicações. A terceira vertente apresentada por O'Donnell, a *accountability* horizontal, pressupõe a existência de um controle mútuo dos poderes estatais e é caracterizada pela

“existência de agências estatais que têm o direito e o poder legal e que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até o impeachment contra ações ou omissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas.” (O'DONNELL, 1998, p. 40).

O conceito de *accountability* horizontal, apresentado por O'Donnell, é produto de uma rede de agências internas ao estado. Porém, o autor reconhece a fragilidade da *accountability* horizontal em alguns países, principalmente, em países situados na América Latina. Dessa forma, O'Donnell oferece sugestões para que haja efetividade da *accountability* horizontal, a saber: a) partidos de oposição com um papel importante, se não o principal, na direção das agências; b) agências que desempenham um papel essencialmente preventivo, tais como os Tribunais de Contas, altamente profissionalizadas, dotadas de recursos suficientes e independentes do governo; c) um judiciário altamente profissionalizado, dotado de um orçamento independente dos outros poderes e autônomo em suas decisões relativas a estes; d) informação confiável e adequada, com uma mídia confiável independente, assim como instituições de pesquisa e disseminação; e) indivíduos especialmente políticos e outros líderes institucionais.

Tais distinções da *accountability*, apresentadas pelo autor, nos mostram dois tipos de ações. Enquanto a *accountability* vertical pressupõe uma ação entre desiguais,

seja sob a forma do mecanismo do voto, que implica um controle de baixo para cima, ou sob forma do controle burocrático, que pressupõe um controle de cima para baixo; a *accountability* horizontal pressupõe uma ação entre iguais, por meio do mecanismo *checks and balances*, da mútua vigilância entre os três poderes do estado.

Carneiro e Costa (2001) também apresentam um modelo bidimensional na *accountability*, no qual haveria uma parte que representaria a capacidade de resposta e a outra a capacidade de punição. Para eles, *accountability* pressupõe a existência do poder e a necessidade que este seja controlado.

Schedler (1999) concorda com Carneiro e Costa (2001) no que se refere à noção de que a *accountability* depende da existência do poder e que o mesmo deve ser controlado. A existência desse poder pressupõe uma relação entre estado e sociedade, que é organizada por meio de leis e instituições. Nesse sentido, *accountability* demanda a capacidade desse poder ser transparente, sendo os atos do governo justificados diante da sociedade e que este esteja sujeito a sanções.

Dessa forma, percebe-se que, não existe uma convergência entre os autores, quando se trata o termo *accountability*. Em grosso modo, os estudiosos do tema entendem que, *accountability* pode ser entendida como responsividade, ou seja, a capacidade do governante em trazer respostas aos cidadãos, de suas ações e das políticas públicas implantadas. Esse ato de prestação de contas por parte do governo, também se estenderia as instituições de controle governamental.

4 | METODOLOGIA

Neste capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados ao longo da pesquisa, para avaliar o impacto do desenvolvimento municipal no seu grau de transparência. Para tanto, tomamos como base dados da segunda edição do Programa Escala Brasil Transparente (EBT), desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU) e divulgado em 2015. Os dados, que medem o desenvolvimento social dos municípios, foram coletados a partir do portal Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, que agrupa dados econômicos e sociais dos Municípios, Estados e União.

O Programa Escala Brasil Transparente é um indicador desenvolvido pela CGU e tem como objetivo avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI), sendo aplicado a Municípios, Estados e Distrito Federal. A EBT adota um *Checklist* composto de 12 quesitos, que envolvem aspectos da regulamentação da LAI e da existência e funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

Sua execução dá-se por meio de quatro pedidos de acesso à informação, sendo três voltados para assuntos das principais áreas sociais: saúde, educação e assistência social. A quarta solicitação de informação baseia-se na regulamentação do acesso à informação pelo ente avaliado, servindo inclusive como pergunta de

segurança para a mensuração realizada sobre a regulamentação.

De forma geral, o *Checklist* EBT avalia os seguintes pontos:

I - Regulamentação da Lei de Acesso: exposição da legislação no site do avaliado; existência da regulamentação; regulamentação do SIC; regulamentação da classificação de sigilo; regulamentação da responsabilização do servidor; regulamentação de instâncias recursais.

II - Transparência passiva: divulgação do SIC físico (atendimento presencial); existência de um e-SIC (atendimento pela *internet*); possibilidade de acompanhamento do pedido de acesso; inexistência de pontos que dificultem ou inviabilizem o pedido de acesso; respostas aos pedidos no prazo legal; respostas em conformidade com o que foi solicitado (CGU, 2015).

Para elaboração da segunda edição da Escala Brasil Transparente, foram considerados como universo populacional todos os municípios brasileiros, totalizando 5.570 municípios, conforme as estimativas populacionais do IBGE para 2014.

A referida edição da EBT adotou, como método de amostragem, a amostra aleatória estratificada para estimar a proporção. Dessa forma, o universo amostral (5.570 municípios) foi dividido em partes, nas quais os estratos são os estados da federação (26 estados, excluindo o DF), e subdivididos em estratos de acordo com o porte populacional. Para a definição do tamanho da amostra, a CGU utilizou um erro de 10% (dez por cento) e um nível de confiança de 90% (noventa por cento). O método adotado possibilita fazer inferências por Região e Estado, bem como a realização de comparações de desempenho entre eles.

Sendo assim, utilizamos, como variável dependente, o índice de transparência dos municípios, com base nos dados da segunda edição da EBT. As variáveis independentes adotadas na pesquisa foram os indicadores de desenvolvimento social Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, Renda *per capita* média (em reais), taxa de analfabetismo entre pessoas de dezoito anos ou mais e o coeficiente de GINI. A utilização desses indicadores permite realizar uma análise mais precisa, visto que suas composições agregam dimensões importantes do desenvolvimento humano.

Após colher os dados nos referidos portais, foi produzido um banco de dados secundário no SPSS, para o qual utilizou-se dois modelos lineares generalizados, o binomial negativo e o de transformação gama, com objetivo de testar a hipótese de que, quanto mais desenvolvido for o município, maior o grau de transparência.

A escolha pelos modelos deu-se em virtude de sua adequação ao tipo de pesquisa desenvolvido, uma vez que o modelo linear clássico não se mostra eficiente para gerar os resultados. Segundo Fávero (2015), esses modelos fazem parte do que é conhecido como dados de contagem e têm por objetivo analisar o comportamento, em relação a variáveis preditoras, de uma determinada variável independente que se apresenta na forma quantitativa, com valores discretos e não negativos.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa parte do artigo, será apresentado o resultado da pesquisa, o qual procurou analisar a possível correlação entre o desenvolvimento municipal e o índice de transparência dos municípios.

Na Tabela 1, estão listadas as características das variáveis adotadas na pesquisa, tendo como variável dependente o índice de transparência municipal, e como variáveis independentes, os indicadores de desenvolvimento social. As variáveis IDHM e Coeficiente de GINI foram multiplicados por 100 para facilitar a interpretação dos dados. A análise dos dados foi feita com a variável IDHM separada, tendo em vista que sua composição agrega componentes existentes nas variáveis taxa de analfabetismo e renda *per capita* média e sua inclusão no modelo apresentaria problemas de multicolinearidade. A Tabela 1 traz um resumo das características dessas variáveis.

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Índice de Transparência	1584	0,00	10,00	1,9475	2,71755
IDHM	1584	0,45	0,85	0,6520	0,07240
IDHM_100	1584	45,20	84,70	65,2017	7,24003
GINI_100	1584	28,00	79,00	50,25	6,777
Analfabetismo 18+	1584	1,37	47,43	18,46	10,999
RPCM	1584	96,25	2000,29	477,93	252,95
N válido (de lista)	1584				

Tabela 1 – Descrição das Variáveis.

Elaboração própria com base nos dados do portal Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil e no site da Escala Brasil Transparente – EBT.

Conforme a tabela 1, foram utilizados 1584 municípios na pesquisa, na qual constatou-se a existência de municípios com índice de transparência igual a 0,00, ao mesmo tempo em que outros municípios apresentaram nota máxima (10) na avaliação da Escala Brasil – EBT, por atender todos os requisitos exigidos. Percebe-se também que, a média do índice de transparência, nos 1584 municípios pesquisados, é de 1,9 por município. Essa média, consideravelmente baixa, é explicada pela quantidade de municípios que obtiveram nota 0,00. O total de municípios que está nessa situação totaliza 787 municípios, o que representa 49,68% das unidades pesquisadas, conforme mostra o Gráfico 1.

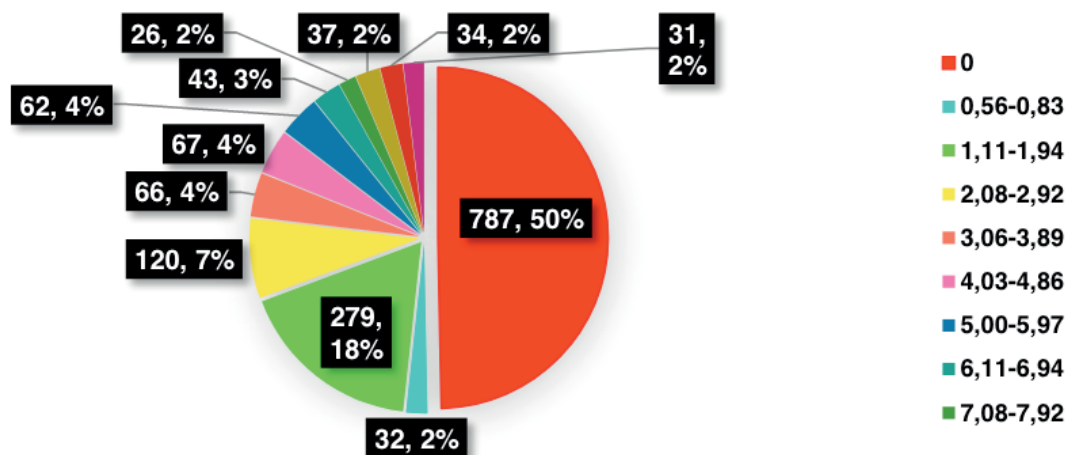


Gráfico 1 – Índice de Transparência Municipal (%).

Elaboração própria com base nos dados da segunda edição da Escala Brasil Transparente – EBT.

Ainda conforme a Tabela 1, a variável IDHM variou de 0,45 a 0,85 e, quando multiplicado por 100, esse índice ficou entre 45,20 e 84,70. O índice de GINI dos municípios foi multiplicado por 100 e apresentou pontuação mínima de 28,00 e máxima de 79,00. A taxa de analfabetismo entre jovens de 18 anos ou mais apresentou taxa mínima de 1,37 e máxima de 47,43. Já a renda *per capita* dos municípios, apresentou uma variação de 96,25 e 2000,29 em reais.

A Tabela 2 mede o nível de correlação entre a variável dependente e as variáveis independentes. O teste mostrou existir uma correlação significativa, porém baixa, entre o índice de transparência e o IDHM. No teste que mede a correlação entre a variável índice de transparência municipal e a taxa de analfabetismo entre pessoas de dezoito anos ou mais, percebe-se uma correlação baixa e negativa entre as duas variáveis. O teste também mostrou existir uma correlação negativa entre o índice de transparência e o coeficiente de GINI. No último teste, que analisa a correlação entre o índice de transparência e a renda *per capita* média, verificou-se uma correlação significativa e positiva, entre as duas variáveis.

	Índice de T.	IDHM	Taxa de A. 18+	GINI	R. P. M.	
Índice de T.	Correlação de Pearson	1	0,220**	-0,196**	-0,101**	0,266**
	Sig. (2 extremidades)		0,000	0,000	0,000	0,000
	N		1584	1584	1584	1584
IDHM	Correlação de Pearson	1	-0,879**	-0,390**	0,899**	
	Sig. (2 extremidades)		0,000	0,000	0,000	
	N		1584	1584	1584	
Taxa de A. 18+	Correlação de Pearson		1	0,352**	-0,795**	
	Sig. (2 extremidades)			0,000	0,000	
	N			1584	1584	
GINI	Correlação de Pearson			1	-0,234**	

	Sig. (2 extremidades)	0,000
	N	1584
R. P. M.	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	
	N	

Tabela 2 - Matriz de Correlação das Variáveis (Pearson).

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades). Elaboração própria com base nos dados disponíveis no portal Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil e no site da Escala Brasil Transparente – EBT.

Foram feitos dois testes de multicolinearidade para analisar o nível de correlação entre as variáveis independentes. O primeiro teste foi feito considerando as quatro variáveis, já no segundo teste, foi retirada a variável IDHM para analisar como as outras variáveis se comportavam. Desse modo, no primeiro teste, percebeu-se que o valor do VIF na taxa de analfabetismo e renda *per capita* se mostrou maior que dois, mostrando existir multicolinearidade com a variável IDHM. No segundo modelo, no qual a variável IDHM foi retirada, o valor do VIF diminuiu significativamente, mudando o comportamento das variáveis independentes, como mostra a Tabela 3.

Modelo	Estatísticas de colinearidade		
	VIF (1)	VIF(2)	
1	IDHM	9,465	-----
	Taxa de Analfabetismo 18+	4,411	2,951
	Renda Per Capita Média	5,687	2,736
	GINI	1,287	1,148

Tabela 3 - Testes de Multicolinearidade

Variável dependente: Índice de Transparência. Elaboração própria com base nos dados disponíveis no portal Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil. VIF individual < 2 VIF geral < 10

A Tabela 4 mostra os resultados dos modelos lineares generalizados, o binomial negativo e o de transformação gama, utilizados para testar a hipótese de que, quanto maior o desenvolvimento municipal, maior o grau de transparência do município. Foram rodados quatro modelos, dos quais os dois primeiros trazem o resultado obtido no modelo binomial negativo, enquanto que, o terceiro e o quarto mostram os resultados do modelo de transformação gama.

Variáveis/Modelos	1	2	3	4
IDHM_100	0,098***		0,015***	
Analfabetismo 18+		0,019		0,006
RPCM		0,004***		0,001***
GINI_100		-0,035**		-0,005
Qui-Quadrado	111,293***	154,317***	22,146***	40,556***
Graus de Liberdade	1	3	1	3

Tabela 4 - Modelos Lineares Generalizados de Regressão

Variável Dependente: Índice de Transparência. Elaboração própria com base nos dados disponíveis no portal Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil e no site da Escala Brasil Transparente – EBT. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$. Modelos 1 e 2: Binomial Negativo. Modelos 3 e 4: Transformação GAMA.

O primeiro teste, feito com o modelo linear generalizado binomial negativo, utilizou-se apenas a variável IDHM, que mostrou resultado expressivo em sua análise. De acordo com o resultado, o aumento de uma unidade no IDHM do município, impacta em 9,8% o índice de transparência. O Segundo modelo, feito com as variáveis taxa de analfabetismo entre pessoas com dezoito anos ou mais, renda *per capita* (em reais) e índice de GINI dos municípios, mostraram que a taxa de analfabetismo é estatisticamente insignificante para explicar o índice de transparência dos municípios. Já o aumento de R\$1,00 na renda *per capita* média do município resulta em 0,4% de probabilidade de aumento no índice de transparência. Na variável Coeficiente de GINI, os dados mostram que, o aumento de uma unidade dessa variável, causa a diminuição de 3,5% no indicador de transparência.

O modelo linear generalizado de transformação gama mostrou-se bastante adequado para esse tipo de pesquisa, ao confirmar os resultados do primeiro teste. No terceiro modelo, em que foi feita a análise do impacto do IDHM no índice de transparência do município, os dados mostraram que a variável IDHM é estatisticamente significativa no aumento do grau de transparência do município, ao apontar que o aumento de uma unidade dessa variável implica na elevação de 1,5% no aumento da transparência municipal. No quarto modelo, a taxa de analfabetismo entre pessoas com dezoito anos ou mais, continuou se comportando de forma estatisticamente insignificante no impacto do índice de transparência municipal. Na variável renda *per capita* média, os dados mostraram que um aumento de R\$ 1,00 gera 0,1% na probabilidade de aumento do índice de transparência e, na variável GINI (modificado) o aumento de uma unidade nessa variável, pode gerar uma redução de 0,5% do indicador de transparência do município.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei de Acesso a Informação no Brasil, só foi implantada em 2012. Mas mesmo assim, já haviam leis de incentivo a transparência. A própria Constituição Federal de 1988 já determinava que os governos atuassem de forma transparente diante da sociedade. Porém infelizmente, passados 17 anos depois da implantação da LAI metade dos municípios ainda continuam a descumprir as prerrogativas da LAI.

Se levarmos em consideração a quantidade de municípios que obtiveram notas baixas na avaliação da Escala Brasil Transparente, o resultado ainda é mais alarmante. Oitenta e cinco por cento dos municípios obtiveram nota menor que cinco ou igual a zero. Ou seja, são municípios que não dispõem de nenhuma informação ou disponibilizam informações insuficientes para a sociedade.

Por outro lado, a pesquisa mostrou que, em municípios desenvolvidos, o índice de transparência tende a ser mais elevado. Isso significa que esses municípios possuem pessoas com níveis de escolaridade alta, saúde e renda satisfatório e pouco índice de desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. M.; MEDEIROS, M. B.; FEIJÓ, F. H. **Gestão de finanças públicas**. Brasília: Outras Editoras, 2006.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Base de Dados. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. Acesso em 01 de agosto de 2018.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13° ed. 4. reimpr – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 1988.

CONTROLADORIA GERAL DA GU. **Escala Brasil Transparente**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>>. Acesso em: 01/08/2018.

CAMPOS, A. M. **Accountability: Quando poderemos traduzir para o português?** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, ano 24, n.2, p 30-50, fev./abr. 1990.

CAMPOS, R.; PAIVA, D.; GOMES, S. **Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás**. *Soc. Estado*. vol.28 no.2 Brasília. Mai/Ago. 2013.

CARNEIRO, C. B. L.; COSTA, B. L. D. **Inovação institucional e accountability: o caso dos conselhos setoriais**. In: *Congresso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administracion Publica*, 6, Buenos Aires, Argentina, 2001. Anais... Buenos Aires: CLAD, 2001. Disponível em: <http://www.clad.org>.

CHEIBUB, José Antônio, PRZEWORSKI, Adam. **Democracia, eleições e responsabilidade política**. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol. 12 n. 35 São Paulo Feb. 1997.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. 1. Ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. – (Clássicos; 09).

_____. **Sobre a Democracia**. 1. Ed. 2. Reimpr. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FÁVERO, Luiz Paulo. **Análise de Dados**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

FILGUEIRAS, Fernando. **Além da transparência: accountability e política de publicidade**. *Lua Nova*, São Paulo, 84: 353-364, 2011.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉRES-LIÑÁN, Aníbal. **Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999**. DADOS - *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 44, nº4, 2001, pp. 645 a 687.

O'DONNELL, G. **Democracia Delegativa?** *Novos Estudos*. São Paulo, n. 31, p. 25-40, 1991.

_____. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. *Lua Nova*. São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998.

_____. **Democracia, desenvolvimento humano e direitos humanos**. *Revista Debates*, Porto Alegre, V. 7, n.1, p. 15-114, jan.-abr. 2013.

RAUPP, Fabiano. **Construindo Accountability em Câmaras Municipais do Estado de Santa Catarina: Uma investigação nos portais eletrônicos**. Bahia: UFB, 2011. 193 f. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. – 5. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Coleção primeiros passos; 2019).

SCHEDLER, A. “**Conceptualizing Accountability**” in SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. (eds). *The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, pp. 23/25, 1999.

SCHUMPETER, Joseph A. (1984). **O equacionamento do problema; A doutrina clássica da democracia; Mais uma teoria de democracia; Conclusão**. In: *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, p. 287-366.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 206, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217
Accountability 172, 173, 174, 177, 178, 179, 185, 186, 259, 269
Acumulação capitalista 80, 271, 272, 274, 276, 281
Adolescentes 23, 27, 50, 54, 57, 139, 140, 210, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 307
Agenda 2030 116, 117, 118, 119, 122, 124, 125, 127, 135, 136
Alcoolismo 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57
Análise de conteúdo 46, 116, 118, 120, 121, 123, 135, 136

B

Bullying 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34

C

Cidadania 63, 64, 108, 109, 111, 114, 115, 133, 137, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 200, 205, 227, 241, 245
Cidadania digital 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157
City image 1, 2, 4, 5, 6, 8
Competição 2, 16, 91, 99, 100, 174, 176, 256, 257, 259, 261
Compra de votos 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 268
Compromisso social 231
Corrupção 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 267, 268, 269
Criminalidade 133, 206, 208, 212, 214, 216, 218, 226, 229, 278
Criminologia 206, 207, 208, 214, 215, 216, 217, 218
Crise 11, 16, 65, 74, 80, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 107, 108, 110, 159, 160, 162, 163, 166, 168, 170, 202, 206, 209, 221, 238, 239, 253, 271, 272, 275, 276, 277, 279, 280, 281

D

Democracia Contemporânea 172
Desigualdade social 78, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 131, 185, 193, 200, 205, 277
Dever do estado 146
Direito à privacidade 151, 243, 244, 245, 246, 247, 251
Direito constitucional 74, 113, 153, 158, 171, 245
Direito dos refugiados 159, 164
Direito fundamental 65, 146, 149, 150, 152, 157, 158, 191
Direito internacional 12, 159, 170, 253
Direitos 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 72, 73, 74, 75, 80, 91, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 113, 129, 131, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 199, 200, 202, 203, 204, 210, 211, 213, 215, 226, 227, 228, 229, 231, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 255, 278, 279

Direitos humanos 62, 74, 75, 105, 133, 147, 149, 150, 155, 157, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 186, 191, 210, 211, 227, 243, 244, 245, 247, 250, 251, 253, 254

E

Economia criativa 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Educação 6, 33, 63, 64, 67, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 105, 106, 111, 112, 113, 116, 119, 122, 128, 129, 131, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 158, 166, 179, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 204, 210, 223, 227, 300

Eleições 80, 110, 161, 162, 175, 176, 177, 178, 185, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 268

Emenda Constitucional 95/2016 7, 90

Empírica 269, 282, 287, 288, 289

Encarceramento feminino 218, 224, 228

Enchentes sazonais 58, 59, 60, 61, 73

Ensino médio 22, 28, 29, 33, 51, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 129, 144

Equiparação salarial 187, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203

Estratégia pública 116, 118, 119, 120, 123, 125, 135

Estudante 22, 31, 89

Estudo de caso 8, 46, 51, 120, 291

Exclusão social 102, 202

F

Família 25, 27, 38, 39, 42, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 108, 111, 112, 114, 140, 141, 142, 167, 210, 213, 220, 221, 223, 225, 236, 239, 292, 298, 304, 307

Flexibilização do direito do trabalho 187

Forró 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44

G

Garantias fundamentais 58, 66, 152, 254

H

História 6, 10, 24, 33, 39, 52, 106, 107, 117, 137, 138, 139, 144, 145, 164, 168, 171, 212, 219, 229, 232, 236, 242, 276, 283, 284, 287, 290, 291, 292, 295

I

Indicadores fiscais 90, 95, 98, 99

Interação cérebro-máquina 243, 244, 249, 250, 253

Internet 23, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 167, 173, 180, 250, 252, 254

M

Método 102, 116, 118, 120, 121, 164, 170, 174, 175, 180, 188, 204, 282, 285, 287, 288, 289

Minimalismo 206, 209, 210, 212, 215, 216, 217

Mulher delinquente 218, 220, 221, 228

N

Neurociência 243, 250, 251, 253, 255

Neurotecnologia 243, 244, 250, 251, 252

Nordestinos 35, 37, 38, 39, 42, 43, 44

O

Objetivos de desenvolvimento sustentável 116, 117, 118, 119

P

Padrão de beleza 25, 33

Paulistas 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Percepções 46, 50, 56, 282, 286

Pesquisa 2, 3, 6, 11, 19, 21, 22, 23, 28, 29, 30, 32, 33, 38, 43, 46, 51, 53, 55, 57, 59, 60, 72, 76, 85, 86, 102, 106, 108, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 135, 146, 148, 153, 154, 158, 170, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 187, 202, 203, 206, 233, 243, 245, 256, 258, 262, 263, 267, 268, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304

Pobreza 25, 72, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 149, 161, 200, 205, 271, 277, 280, 281

Poliarquia 172, 174, 175, 185, 257, 258, 268

Política 2, 3, 7, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 87, 88, 89, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 127, 132, 136, 137, 139, 144, 145, 148, 149, 159, 161, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 185, 186, 199, 211, 217, 218, 219, 220, 226, 227, 229, 232, 253, 257, 259, 268, 269, 280, 281, 283, 291, 292, 304, 306, 307

Política criminal 218, 219, 226

Políticas públicas 2, 3, 58, 59, 60, 65, 66, 68, 72, 73, 75, 78, 80, 81, 87, 91, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 108, 109, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 128, 130, 135, 144, 146, 157, 162, 163, 173, 177, 179, 214, 240, 293, 305

Presídio feminino 218

Princípio da igualdade 64, 75, 198, 199, 201

Proteção social 76, 78, 87, 89, 94, 95, 168

Psicologia jurídica 231

R

Redução da maioridade penal 231, 237, 240

Reestruturação produtiva 270, 272, 275, 277, 279, 280

Reforma do ensino médio 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 89

Rio criativo 6

Rio de Janeiro 1, 4, 89

S

Sistema Único de Saúde 90

Sociabilidades 35

Superpopulação relativa 5, 9, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

T

Teoria 33, 34, 43, 64, 74, 75, 76, 89, 95, 105, 138, 141, 144, 174, 186, 210, 211, 215, 216, 221, 229, 241, 257, 277, 282, 283, 284, 285, 287, 288

Terceirização 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Transparência 133, 135, 172, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Turismo 1, 6, 7, 8, 10, 14, 18, 130

V

Venezuela 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171

Violência 27, 28, 34, 35, 40, 54, 55, 129, 133, 210, 212, 220, 233, 234, 235, 237, 240, 241, 247, 254

Vivências 46, 286

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-801-4



9 788572 478014